

Copyright © 2003 Ecléa Bosi

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.02.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, da editora.

1ª edição – 2003

2ª edição – 2004

3ª edição – 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bosi, Ecléa

O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social / Ecléa Bosi. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Bibliografia

ISBN 978-85-7480-640-2

1. Memória – Aspectos sociais 2. Psicologia social I. Título. II. Título: Ensaios de Psicologia social.

03-0250

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Memória: Psicologia social 302

Direitos reservados à

ATELIÊ EDITORIAL
Estrada da Aldeia de Carapicuíba, 897
06709-300 – Granja Viana – Cotia – SP
Telefax: (11) 4612-9666
www.atelie.com.br / contato@atelie.com.br

2013

Printed in Brazil

Foi feito o depósito legal

2,40

Para o Alfredo

“luce intelletüal, piena d’amore”.

DANTE, *Divina Comédia*, Paraíso, XXX.

A SUBSTÂNCIA SOCIAL DA MEMÓRIA

História e Crônica

A história que estudamos na escola não aborda o passado recente e pode parecer aos olhos do aluno uma sucessão unilinear de lutas de classes ou de tomadas de poder por diferentes forças. Ela afasta, como se fossem de menor importância, os aspectos do cotidiano, os microcomportamentos, que são fundamentais para a Psicologia Social.

Estes aspectos são abrangidos pelo que chamavam na Idade Média de “crônica” (não esquecer a raiz *chronos* = tempo), anedótica, tecida de pequenos sucessos, de episódios breves da família, de cenas de rua vividas por anônimos.

As comunas medievais tiveram seus cronistas que narravam episódios agradáveis, pitorescos, enfim, aquilo que podemos chamar de crônica urbana. Levando em conta somente os cronistas italianos, citemos, em Milão, Landolfo Senior e Junior, autor de *Historiae Mediolanenses*, em latim vulgar (século XII); em Gênova, os *Anais de Cáffaro di Rustico* (século XII);

em Parma, o *Chronicon* (século XIII), em latim vulgar, onde percebemos o humor maldizente do Irmão Salimbene da Parma, obra rica em pequenos episódios, em conversas de rua, de uma janela para outra.

A cidade de Florença conserva o registro de dois cronistas do século XIV: Dino Compagni, que, na *Cronica delle cose occorrenti ne' tempi suoi*, trata da vida familiar e política da cidade, onde Dante se inspirou para descrever seus contemporâneos e prometer a ida de alguns ao inferno; e Giovanni Villani, autor da *Nuova Cronica* que curiosamente começa a história de Florença pela descrição da Torre de Babel. Eis alguns cronistas do povo ou da pequena burguesia nascente. Na verdade, eles registraram a memória oral. Provando a oralidade das fontes, os dicionários italianos buscaram nos cronistas florentinos as palavras em uso na Idade Média.

Quando, para vencer as “corporações dos ofícios”, as *signorie* se instalam, a burguesia concentra seu poder nos centros urbanos: os Doria em Gênova, os Vendramin em Veneza, os Colonna em Roma, os Medici em Florença, os Visconti e os Sforza em Milão, os Grimaldi em Mônaco... A história destas cidades se torna uma história política compacta e vai registrar o poder das grandes famílias, dos reinos, da guerra entre os estados.

A crônica será relegada como um gênero literário menor, que trabalha com o aspecto descontínuo dos eventos. Uma “continuidade” costurada pelo presente surge, unitária e teleológica, como se todos os eventos tivessem um fim: a glória de Luís XIV, de Napoleão, das monarquias nacionais etc.

Quando nos anos 1970, as grandes teorias da história, como a teoria evolucionista, a teoria hegeliano-marxista entram em crise, entra em crise também o sentido da História Política. O oceano de pequenas histórias tomará seu lugar, como a estó-

ria do descontínuo, do pontual, do que parece fragmentário, ao ponto de esquecer o tecido histórico que sustenta os fatos, como é o caso da psicologia dos microcomportamentos.

Por que a crônica e a tradição oral estão de novo valorizadas?

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa “ideologização” da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica.

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. A literatura conhecia já esta prática pelo menos desde o Romantismo: Victor Hugo faz surgir Notre Dame de Paris num quadro popular medieval que a história oficial havia desprezado.

A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura.

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades.

A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas¹.

A pesquisa me permitiu colher alguns resultados sobre a memória familiar, a memória política, a memória do trabalho, enfim, sobre a substância social da memória; exponho agora algumas reflexões com liberdade na eleição dos temas que me são caros, liberdade que gostaria de compartilhar com o leitor.

História Oral, Histórias de Vida

O movimento de recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda como a necessidade de enraizamento? Do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade.

Simone Weil julga esse vínculo um Direito Humano semelhante a outros direitos ligados à sobrevivência. Fontes de outras épocas repropõem questões sobre o presente. Simone Weil, para enfrentar os tempos sombrios do nazismo, lia e re lia Heródoto, Tucídides, Plutarco, César, Tito Lívio, Tácito... E a *Ilíada*, Ésquilo, Sófocles, que atingiram motivações tão profundas que resistiram até nossos dias; e mergulhou no *Livro dos Mortos* dos egípcios, na *Bíblia*, no *Bhagavad Gitâ*, procurando ouvir nos originais sânscritos e babilônicos o mesmo antigo grito².

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir compor-

1. P. Nora, *Les lieux de la mémoire*, Paris, Gallimard, 1984, vol. I, p. XIX.

2. Simone Weil, *A Condição Operária e Outros Estudos sobre a Opressão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

tamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo...

Um exemplo que pode parecer pouco dramático é o relato de uma reunião “oficial” de que o depoente participou. Se for registrado em documento, será esquematizado, empobrecido e sobretudo feito para agradar o poder em exercício ou a facção prestigiada no momento. As atas de reuniões oficiais suprimem as dissonâncias como impertinências, e os conflitos são apagados como digressões inúteis. Onde a razão que vacilou, gaguejou e não soube se expressar? Tais registros não refletem a microsociologia do poder, as redes de influência e não captam a “atmosfera” do grupo: o campo mutuamente compartilhado dos gestaltistas cujos contornos são definidos pelos olhares e expressões faciais.

Mas não vá alguém pensar que as testemunhas orais sejam sempre mais “autênticas” que a versão oficial. Muitas vezes são dominadas por um processo de estereotipia e se dobram à memória institucional.

Ouvi, numa mesa redonda, Michael Hall contar que quando entrevistava um líder sindical que havia encabeçado um movimento operário, este, para desespero do historiador, o atalhou: – “O senhor volte outro dia, estou despreparado. Quero ler o que se escreve sobre o movimento para me informar e responder direito as suas perguntas”.

Pude perceber essa força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do recordador, o que ocorreu mesmo quando este participou e testemunhou os fatos e poderia portanto nos dar uma descrição diferenciada e viva.

Parece que há sempre uma NARRATIVA COLETIVA privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narra-

tiva explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde.

A Universidade também tem o poder de contar e interpretar os eventos que se passam no mundo operário ou nos meios populares, em geral.

Há portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, ideias e valores que dão identidade àquela classe.

A memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade. Exemplos não faltam: como a dos franceses que colaboraram com os nazistas durante a guerra. E dos alemães durante a ascensão de Hitler. Quem aclamava o Führer nos estádios? Que multidão erguia milhares de braços? Seriam bonecos ou máscaras de Ensor?

E alguns judeus ao lembrar o Holocausto esquecem os vinte milhões de soviéticos sacrificados pelo nazismo.

Entrevistei japoneses que se dizem pacifistas mas que se recusam a pensar em Hiroshima e Nagasaki.

Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.

Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época.

Sempre me intrigou a vivacidade e a riqueza de detalhes com que os velhos paulistanos lembram a Revolução de 1924, a do Isidoro. Não nos surpreenderemos mais contudo, ao verificarmos quantas casas e quintais foram metralhados nos bairros de São Paulo. Houve um êxodo de famílias que se refugiaram no interior com parentes que os acolheram enquanto durou a revol-

ta. E apesar de tudo houve simpatia da população pelos tenentes revoltosos. Seis anos depois, as professoras do Brás, da Mooca, da Lapa, começaram a alfabetizar muitos Isidoros que haviam nascido em 1924.

O presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato, seria uma prisão.

Se o tecnicismo reinante quer-nos convencer que a nostalgia é sentimento inútil, ela, no entanto faz parte da humanidade do homem e teria direitos de cidadania entre nós, na opinião de Alain Finkielkraut.

A técnica cria *redes* de globalização mas o mundo é feito de territórios, nações, paisagens. O fetichismo da técnica não consegue explicar por que nada substitui a reflexão solitária. A *interação* não esgota o alcance da *comunicação*. Caso contrário, nós nos comunicaríamos apenas com os contemporâneos o que seria uma grave perda. E há formas de comunicação insubstituíveis como a conversa espirituosa entre amigos em volta da mesa, cujo charme a técnica não conseguiria reproduzir³.

Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilharam a mesma época; a do militante penetrado de consciência histórica e a dos que apenas buscaram sobreviver. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais mas o que importa é delas fazer emergir uma visão do mundo.

Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxarmos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas. Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação

3. A. Finkelkraut, entrevista a *Label France*, Paris, 2000.

da História com a vida quotidiana. Colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados.

Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção “é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais”⁴.

A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.

Marguerite Yourcenar confessou que só conseguia recompor o passado com um pé na erudição e outro na magia. Mas sem enveredar por esse caminho, poderemos empregar uma expressão como “sensibilidade diacrônica”, o que deve ter o cientista que, além de observar o jogo sincrônico das oposições, procura nos fenômenos a sucessão e o devir.

Segundo Benjamin, os adivinhos achavam que dentro do tempo existia algo a ser extraído; o tempo é não homogêneo e vazio, mas repleto de índices. Os profetas apelavam para as lições da memória porque “o passado arrasta consigo um índice secreto que o remete à salvação”⁵.

O mago que transmuta o passado em futuro deve ter mão rápida para capturar o Tempo no átimo da sua cognoscibilidade porque ele fulgura um instante e se desvanece. Se o olhar demora e fixa, retém o estereótipo, não uma coisa viva como a imagem que sobe do passado com todo o seu frescor. Chamada de novo, trabalhada pela percepção do agora, arrisca-se a fugir da captura de um presente que não se reconhece nela.

A sensibilidade à diacronia permite que se faça a invocação de uma *gestalt* longínqua que foi um dia um complexo vivo de significações.

4. P. Nora, *op. cit.*, p. XXXII.

5. W. Benjamin, “Teses sobre a Filosofia da História” em *Obras Escolhidas*, vol. I, São Paulo, Brasiliense, 1996.

SOB O SIGNO DE BENJAMIN

Walter Benjamin debruçou-se sobre a memória familiar e a escassa memória pública dos burgueses franceses do tempo de Baudelaire e dos burgueses alemães de sua época. E meditou sobre os efeitos do capitalismo anônimo que corrói, quando não destrói a memória coletiva, forçando o agarrar-se aos fiapos da sua memória familiar⁶.

No meu campo de observação estavam velhos recordadores que nasceram no começo do século XX no Brasil. Os anos 1920 e 30 formam a substância de suas lembranças. Pertenceram (uso o pretérito porque eles já se foram) quase todos à classe média baixa que se constituiu com a migração europeia em São Paulo.

Cronologicamente, sem dúvida, são contemporâneos de Benjamin. Mas até que ponto o curso das suas lembranças tende para a vida doméstica, ninho tépido de uma identidade protetora que a anomia capitalista moderna jamais lhes poderia oferecer?

A questão seria impensável sem o cruzamento das fronteiras da Psicologia, da Sociologia, da História, cruzamento que se tornou possível com a leitura de Benjamin e dos frankfurtianos. E deve-se ressaltar a admirável contribuição de um sociólogo clássico sacrificado pelo nazismo, Maurice Halbwachs.

Mas voltando à questão proposta:

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominan-

6. Este texto se originou na leitura e arguição que fiz da tese de Jeanne Marie Gagnebin (10.5.1995) publicada no livro *História e Narração em W. Benjamin*, ensaio de um vigor e profundidade notáveis, São Paulo, Perspectiva, 1994.

te dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais.

É preciso sempre examinar matizando os laços que unem memória e ideologia; laços que, antes da secularização moderna, amarravam a memória pública à memória individual.

Um exemplo talvez ilustre melhor essa hipótese:

A burguesia paulista viveu apaixonadamente a chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Não se pode negar nem a participação efetiva da maioria dos seus membros, nem a memória, coletiva e pessoal, que restou dessa participação. O movimento, como se sabe, foi vencido militarmente pelas tropas federais. São Paulo continuou sob o governo de um interventor nomeado por Getúlio Vargas. Esta, a *verità effettuale della cosa*, no dizer de Maquiavel. No entanto, quando um de meus memorialistas recorda o fim da luta, da qual ele participa de corpo e alma como soldado voluntário de primeira hora (pois pertenceu ao 1ª batalhão organizado no próprio Instituto do Café), a sua interpretação é, convictamente, a de um vencedor. Como sua classe, como o seu grupo de convivência, o velho Ribas não podia admitir a ideia do fracasso, ele, que no entanto, vira com seus olhos a extensão da derrota. Diz com toda certeza: “São Paulo não perdeu, *nem* se rendeu; apenas ensarilhou as armas”. E com ele dizem o mesmo os narradores que oficiam anualmente, a 9 de julho, a vitória moral da Revolução de 32 e se elegeu um lugar de memória no monumento “aos épicos de 32”. Há, portanto, uma memória coletiva (no caso, a produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão), a qual se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade e permanência àquela classe. No caso, os interesses da burguesia do café acabaram envolvendo sentimentos regionais de paulistismo, que ainda hoje operam como fator disci-

minante em plena sociedade de massas, tal como veio a configurar-se a população da cidade de São Paulo. Mas não se pode negar que exista uma memória coletiva ou de classe.

Já dei, noutra lugar, o exemplo do sindicalista que precisou ler livros de História para responder à entrevista sobre o que ele havia vivido.

Quer dizer: não é que não haja mais, absolutamente falando, ocasião para alimentar uma memória pública (maio de 1968 que o diga...; e para nós, as passeatas, a campanha das eleições diretas que o digam também); mas, quando essas ocasiões se dão, a memória desses eventos, mesmo quando participados, pode ser cooptada por estereótipos que nascem ou no interior da própria classe (caso da versão da burguesia paulista de 1932), ou de instituições dominantes como a escola, a universidade que são instâncias interpretativas da História.

Estes exemplos e observações não contradizem absolutamente as reflexões de Benjamin sobre a fabricação sistemática de “espaços de intimidade” e de suas evocações pela cultura burguesa que viveria de costas para a experiência pública; apenas nos dão a pensar que em relação às representações coletivas a classe mais influente deixou suas marcas.

As instituições escolares reproduzem essas versões solidificando uma certa memória social e operando em sentido inverso ao da lembrança pessoal, tão mais veraz em suas hesitações, lacunas e perplexidades.

Tempos Vivos e Tempos Mortos

Existe, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo. Aparece

com clareza nas biografias; tal como nas paisagens, há marcos no espaço onde os valores se adensam.

O tempo biográfico tem andamento como na música desde o *allegro* da infância que parece na lembrança luminoso e doce, até o *adagio* da velhice.

A sociedade industrial multiplica horas mortas que apenas suportamos: são os tempos vazios das filas, dos bancos, da burocracia, preenchimento de formulários...

Como alguns percursos obrigatórios na cidade, que nos trazem acúmulo de signos de mera informação no melhor dos casos; tais percursos sem significação biográfica, são cada vez mais invasivos.

Meus depoentes eram jovens, decênios atrás, e penso que neles tenha pesado menos esse tempo vazio; pesa então sobre nós um desfavor em relação a esses velhos recordadores. Se eu pedir: – Conte-me sua vida! Sei que o intelectual me virá com várias interpretações para preencher lacunas ou iludir esse desfavor.

Mas se eu conseguir que me narrem seus dias como fazem as pessoas mais simples, ficará evidente a espoliação do nosso tempo de vida pela ordem social sem escamoteação possível.

Se a substância memorativa se adensa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade. É grave também nesse processo o ofuscamento perceptivo, ou melhor dizendo, subjetivo, uma vez que afeta o sujeito da percepção.

As coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas; efeito da alienação, a grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo, do conhecimento do outro.

Desse tempo vazio a atenção foge como ave assustada.

* * *

Se há uma relação que une época e narrativa, convém verificar se a perda do dom de narrar é sofrida por todas as classes sociais; mas não foi a classe dominada que fragmentou o mundo e a experiência; foi a outra classe que daí extraiu sua energia, sua força e o conjunto de seus bens.

Objetos Biográficos e Objetos de Status

Na *Pequena História de Fotografia* e em *Paris, Capital do Século XIX*, Benjamin descreve o interior dos lares burgueses, a intimidade atapetada e macia, os detalhes da decoração que procuram marcar a singularidade de seus proprietários.

Criamos sempre ao nosso redor espaços expressivos sendo o processo de valorização dos interiores crescente na medida em que a cidade exhibe uma face estranha e adversa para seus moradores.

São tentativas de criar um mundo acolhedor entre as paredes que o isolam do mundo alienado e hostil de fora.

Nas biografias que colhi, as casas descritas tinham janelas para a frente; ver a rua era uma diversão apreciada não havendo a preocupação com o isolamento, como hoje, em que altos muros mantêm a privacidade e escondem a fachada.

Fui tentada a rever uma oposição, que há muito venho fazendo ao comparar lembranças, a oposição entre *objetos biográficos* e *objetos de status*.

Se a mobilidade e a contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a disposição tácita, mas eloquente. Mais que

uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal. O arranjo da sala, cujas cadeiras preparam o círculo das conversas amigas, como a cama prepara o descanso e a mesa de cabeceira os derradeiros instantes do dia, o ritual antes do sono.

A ordem desse espaço nos une e nos separa da sociedade e é um elo familiar com o passado.

Quanto mais votados ao uso cotidiano mais expressivos são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abranda.

São estes os objetos que Violette Morin⁷ chama de objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador.

Diferentes são os ambientes arrumados para patentear *status*, como um *décor* de teatro: há objetos que a moda valoriza, mas não se enraízam nos interiores ou têm garantia por um ano, não envelhecem com o dono, apenas se deterioram.

Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade.

Reconhece Machado de Assis:

Não, não, a minha memória não é boa. É comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias, sem guardar delas nem caras, nem nomes, e somente raras circunstâncias. A quem passe a vida na mesma

7. "L'Objet", *Communications* 13, 1969.

casa de família, com os seus eternos móveis e costumes, pessoas e afeições, é que se lhe grava tudo pela continuidade e repetição.

Não só em nossa sociedade dividimos as coisas em objetos de consumo e relíquias de família. Mauss encontra essa distinção em muitos povos: tanto entre os romanos como entre os povos de Samoa, Trobriand e os indígenas norte-americanos. Há talismãs, cobertas de pele e cobres blasonados, tecidos armoriais que se transmitem solenemente como as mulheres no casamento, os privilégios, os nomes às crianças. Essas propriedades são sagradas, não se vendem nem são cedidas, e a família jamais se desfaria delas a não ser com grande desgosto. O conjunto dessas coisas em todas as tribos é sempre de natureza espiritual.

Cada uma dessas coisas tem nome: os tecidos bordados com faces, olhos, figuras animais e humanas, as casas, as paredes decoradas.

Tudo fala, o teto, o fogo, as esculturas, as pinturas.

Os pratos e as colheres blasonadas com o totem do clã são animados e feéricos: são réplicas dos instrumentos inesgotáveis que os espíritos deram aos ancestrais. O tempo acresce seu valor: a *arca* passa a *velha arca*, depois a *velha arca que boia no mar*, até ser chamada de *a velha arca que boia no mar com o sol nascente dentro*.

A casa onde se desenvolve uma criança é povoada de coisas preciosas que não têm preço.

As coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos. Onde está nossa primeira casa? Só em sonhos podemos retornar ao chão onde demos nossos primeiros passos.

Condenados pelo sistema econômico à extrema mobilidade,

perdemos a crônica da família e da cidade mesma em nosso percurso errante.

O desenraizamento é condição desagregadora da memória.

* * *

Uma ideia-mestra para análise seria a de uma separação de um espaço privado, pessoal e o espaço público, anônimo.

Creio que ainda se possa ir além e aprofundar essa distinção em termos de psicologia social do espaço vivido.

Tomemos um dos exemplos dados por Benjamin: as fotografias familiares que estão em cima de um móvel numa sala de visitas burguesa.

A sua presença física tem que ser lida fenomenologicamente. E aqui a VISADA INTENCIONAL da pessoa que colocou aquele retrato sobre o móvel é que deve passar pelo crivo do intérprete.

1. A foto do parente que já morreu pode ser contemplada pelo dono da casa como um preito sentido à sua memória. Estamos, portanto, em pleno reino de privacidade, *tout court*, que interessa e afeta a relação pessoal, íntima, do recordado e do recordador.
2. A foto daquele mesmo parente poderia ter sido colocada com o espírito de quem faz uma exposição que interessa o olhar do outro – o olhar social. Por essa visada a foto sobre o móvel carece de uma aura afetiva própria e ganha outra aura, a do *status*, onde estão embutidos valores de distinção, superioridade, competição, na medida em que o morto foi uma pessoa importante, logo dotada de valor-de-troca.

Um olhar inibe o outro: são abordagens qualitativamente excludentes. O objeto ou é biográfico, ou é signo de *status*, e,

como tal, entraria para a esfera de uma “intimidade”, entre aspas, ostensiva e publicável, que já faz parte da História das Ideologias e das Mentalidades, de que Benjamin foi um admirável precursor. Se essa observação faz sentido, eu diria que o burguês, enquanto agente e produto do universo de valores de troca, não pode refugiar-se autenticamente na esfera da intimidade afetiva, pois até mesmo os seus objetos biográficos podem converter-se – e frequentemente se convertem – em peças de um mecanismo de reprodução de *status*. A sociedade de massas estendeu e multiplicou esse fenômeno e, ao mesmo tempo, o dissipou e o desgastou criando o objeto descartável. A sociedade de consumo é apenas mais rápida na produção, circulação e descarte dos objetos de *status*. É certamente menos requintada e mais pueril do que a burguesia francesa ou alemã do começo do século. Mas não mais cruel.

* * *

E existem, além desses, aqueles objetos perdidos e desaparecidos que a ordenação racional do espaço tanto despreza. Cacos misteriosos são pedaços de alguma coisa que pertenceu a alguém. Benjamin, no ensaio famoso sobre Baudelaire, segue os passos do *flâneur* observando vitrinas e galerias; mas haverá alguém para recolher os despojos da cidade para os quais ninguém volta os olhos e o vento dispersa.

Os depoimentos que ouvi estão povoados de coisas perdidas que se daria tudo para encontrar quando nos abandonam, sumindo em fundos insondáveis de armários ou nas fendas do assoalho, e nos deixam à sua procura pelo resto da vida⁸.

8. No *Orlando Furioso*, de Ariosto, as coisas perdidas na terra sobem para a lua onde permanecem, quem sabe, à nossa espera.

Reproduzo aqui trecho da narrativa que ouvi do Sr. Amadeu, filho de uma grande e afetuosa família de Trieste, que combateu na Resistência durante a última guerra mundial:

– Hoje as crianças leem Pinóquio em adaptação e a história fica bem resumida. Ou veem o filme de Walt Disney. Mas nós tínhamos em casa o livro original do escritor italiano Collodi. Nele, o carpinteiro Gepetto que criou o boneco de pau era um trabalhador que só conheceu a pobreza. Morava num quatinho onde lutava contra a fome e o frio com a força do seu braço que ia diminuindo com a idade. No fundo desse quatinho via-se uma lareira com um belo fogo: mas era apenas uma pintura do engenhoso Gepetto na parede, para iludir o frio do inverno com a visão de uma lareira. Esse desenho me encantava e penso que ainda encanta as crianças que folheiam o livro.

Gepetto aconselhava o teimoso Pinóquio, cabeça de pau:

– Não jogue nada fora. Isso um dia pode servir para alguma coisa!

(Este conselho os velhos vivem repetindo: eles não conseguiram assimilar ainda a experiência do descartável que lhes parece um desperdício cruel. Por isso o armário das vovós é cheio de caixas, retalhos e vidrinhos...)

Os meninos italianos ouviam de suas mães este conselho que Gepetto dava para o endiabrado Pinóquio.

* * *

Capturado pelos nazistas, Amadeu conheceu um extremo despojamento, foi privado de tudo. As roupas largas dançavam no seu corpo e os sapatos, tirados de uma pilha sem numeração, feriam seus pés. Vagava pelo campo como um espectro faminto, ia resistindo no “avesso do nada”. Mas sempre havia algo

a ser descoberto: um papel rasgado que a ventania arrastava, um santinho amassado que alguém esqueceu, um prego sem cabeça, uma chave partida. Ele ia guardando cada um desses fiapos abandonados.

Por exemplo, de um papel rasgado fez um envelope, descreveu no avesso a sua agonia, endereçou ao irmão em Trieste e escondeu-o num buraco do chão. Dois anos depois seu irmão recebia a carta. Alguém a havia encontrado e enviado pelo correio. Quem teria sido? Nunca souberam.

A chave partida que recolheu num ralo e conservou por tanto tempo, ele transformou num instrumento heroico. Quando conduzido para Auschwitz, usou-a como chave de fenda na janelinha do banheiro do trem e daí saltou para a liberdade e para a vida.

* * *

A Luz de Estrelas Remotas

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.

É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo.

Como exemplo, cito uma frase do longo depoimento de Dona Jovina Pessoa, militante que acompanhou desde os primeiros vagidos anarquistas do Brasil até a luta pela anistia dos presos políticos que ela travou já com 80 anos.

Recordando sua formação nos bancos escolares ela diz:

– Tinha muita admiração por todos os rebeldes. Quando estudante, lia o grande geógrafo Reclus que só comia pão porque era o que a humanidade pobre podia comer.

Fui consultar o dicionário onde encontrei: “Reclus, Elisée, geógrafo, França (1830-1905), autor de uma *Geografia Universal*”.

Achei o verbete muito seco comparado à alusão de D. Jovina.

Procurei mestres de Geografia e quando os interroguei sobre esse autor colhi respostas pobres e evasivas. No entanto, que calor se irradia do rápido lembrar de uma criança atenta: “Quando estudante, lia o grande geógrafo Reclus que só comia pão porque era o que a humanidade pobre podia comer”.

Em que momento terá *ela* abraçado o anarquismo? E quem terá sido seu professor? Em que aula transmitiu ele o espírito do geógrafo francês para a menina brasileira?

É prodígio da memória esta evocação da personalidade coerente e apaixonada de Reclus que nos toca como se estivesse junto a nós.

Eis uma tensa configuração formada por Elisée Reclus, por um mestre-escola desconhecido, por Jovina e, através de quem a escutou, vem chegando até nós como índice de salvação.

A constelação memorativa tem um futuro imprevisível; como *gestalt* requer pregnância, fechamento.

E às vezes esse fechamento vai depender de nossos gestos de agora, porque seus autores morreram na véspera, antes de completar a figura de suas vidas.

É a história de um passado aberto, inconcluso, capaz de promessas. Não se deve julgá-lo como um tempo ultrapassado, mas

como um universo contraditório do qual se podem arrancar o sim e o não, a tese e a antítese, o que teve seguimento triunfal e o que foi truncado.

Para tanto exige-se o que Benjamin, no seu ensaio sobre Kafka, chamava de atenção intensa e leve.

Queria aproximar este conceito com o de Simone Weil, filósofa da atenção. Lendo a *Ilíada* como o poema da força, descobriu que Homero contempla com igual serenidade o destino dos gregos e dos troianos, ambos os povos submetidos às leis implacáveis da guerra e da morte.

Esse rememorar meditativo é também o de Benjamin quando, ao rever os profetas do Antigo Testamento, encontra neles direção para ações presentes. Ou seja, fazendo da memória um apoio sólido da vontade, matriz de projetos.

Isto só é possível quando o historiador provoca um rasgo no discurso bem costurado e engomado do historicismo e “se detém bruscamente numa constelação saturada de tensões”⁹. Não o faz para registrar pormenores da mentalidade da época; é uma escolha que tem a ver com o sujeito definido pela ipseidade e não pela semelhança com outros, pela mesmidade. Um sujeito que tomou a palavra ou agiu, “causa de si mesmo”, e decidiu eticamente criando um tempo privilegiado, um tempo forte dentro do correr plano dos dias.

Se, para Benjamin, a rememoração é uma retomada salvadora do passado, nos depoimentos biográficos é evidente o processo de re-conhecimento e de elucidação. Escutemos D. Risoleta, anciã negra e antiga cozinheira, que inicia o seu relato:

– Já está acabando esse ano santo e agradeço por estar recordando e burilando meu espírito.

9. *Op. cit.*, Tese 17.

O recordar para ela é um tempo sabático e cada fato bruto é lapidado pelo espírito até que desprenda luz.

Por estar cega e muito idosa, medita em sua experiência e tem autoridade de conselheira como prova o resto da narrativa.

Quando o velho narrador e a criança se encontram, os conselhos são absorvidos pela história: a moral da história faz parte da narrativa como um só corpo, gozando as mesmas vantagens estéticas (as rimas, o humor...).

Não tem o peso da moral abstrata, mas a graça da fantasia embora seja uma norma ideal de conduta transmitida¹⁰.

Hoje precisamos decifrar o que esquecemos ou não foi dito, como centelha embaixo das cinzas porque estamos entre dois momentos de uma narrativa. Não podemos dizer como o velho “– Mas a vida passou!”, nem como a criança “– Mas a vida ainda não chegou!”

Na chamada idade produtiva (os velhos são os “improdutivos” nas estatísticas), bem, nessa idade os conselhos foram perdidos, ai de nós!

Adorno nas *Minima Moralia* já observa que não se dão mais conselhos, cada um fique com sua opinião.

Temos que procurar sozinhos o conselho esquecido, caminhando entre destroços num chão atulhado pelos tempos mortos que nos são impostos.

Num texto encantador, “Narrar e Curar”, Jeanne Marie Gagnebin faz refletir sobre a função curativa das histórias. A narrativa é terapêutica, apressa a convalescença quando a mãe, sentada junto ao leito da criança, desperta-lhe outra vez o gosto pela vida.

10. As condições para transmissão plena da experiência já não existem no mundo industrial, segundo Benjamin.

Concordo, porque a história contada é um *farmacon*, antes preparado pela narradora nos tubos e provetas da fantasia e da memória, através de sábia dosagem.

* * *

Nós devemos então contar histórias? A nossa história?

É verdade que, ao narrar uma experiência profunda, nós a perdemos também, naquele momento em que ela se corporifica (e se enrijece) na narrativa.

Porém o mutismo também petrifica a lembrança que se paralisa e sedimenta no fundo da garganta como disse Ungaretti no poema sobre a infância que ficou:

Arrestata in fondo alla gola come una roccia di gridi

[Presa ao fundo da garganta como uma rocha de gritos.]

SOB O SIGNO DE BERGSON

Como Santo Agostinho que, nas *Confissões*, chamava a memória de “ventre da alma”, Bergson poderia dizer que, para ele, a memória é a alma da própria alma, ou seja a conservação do espírito pelo espírito.

“Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”¹¹. Com esta frase, ele adensa e enriquece o que até então parecia bastante simples: a percepção como mero resultado da interação de ambiente com o sistema nervoso. Um outro dado entra no jogo perceptivo: a lembrança que impregna as representações.

11. “Matière et Mémoire”, *Ouvres*, Paris, PUF, 1959, p. 183.

Temos que recorrer ao pressuposto de uma conservação subliminar de toda a vida psicológica já transcorrida. O afloramento do passado se combina com o processo corporal e presente da percepção.

Começa-se a atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações.

O Cone da Memória

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

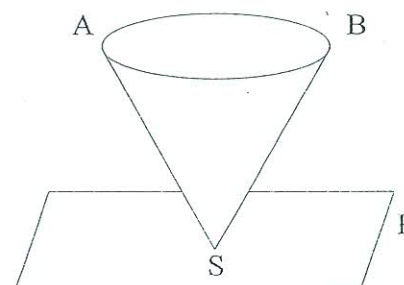
Em outro texto Bergson dirá das lembranças que estão na cola das percepções atuais, “como a sombra junto ao corpo”. A memória seria o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”.

Entrando em cena a lembrança, já não se pode falar apenas de “percepção pura”. Seria necessário distinguir, como o faz Bergson, entre esta última e a outra, mais rica e mais viva, que ele denomina “percepção concreta e complexa”, na verdade a única real, pois a percepção pura do presente, sem sombra nenhuma de memória, seria antes um conceito-limite do que uma experiência corrente de cada um de nós.

Ao contrário, o que o método introspectivo de Bergson sugere é o fato da *conservação* dos estados psíquicos já vividos; conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estímulo pode oferecer. A memória teria uma função

prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Mais uma vez: a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se compõe da totalidade da nossa experiência adquirida.

Para tornar mais evidente a diferença entre o espaço profundo e cumulativo da memória e o espaço raso e pontual da percepção imediata, Bergson imaginou representá-la pela figura de um cone invertido:



na base estariam as lembranças que “descem” para o presente, no vértice estariam os atos perceptuais que se cumprem no plano do presente e deixam passar as lembranças: “Esses dois atos, percepção e lembrança, se penetram sempre, trocam sempre alguma coisa de suas substâncias por um fenômeno de endosse”.

A figura do cone é assim comentada por Bergson:

Se eu represento por um cone SAB a totalidade das lembranças acumuladas em minha memória, a base AB, assentada no passado, permanece imóvel, ao passo que o vértice S, que figura em todos os momentos o meu presente, avança sem cessar e sem cessar, também, toca o plano móvel P de minha representação atual do universo. Em S concentra-se a imagem do corpo; e, fazendo parte do plano P, essa imagem

limita-se a receber e a devolver as ações emanadas de todas as imagens de que se compõe o plano¹².

Bergson afirma também (e esse é um princípio dialetizado da sua doutrina que nem sempre os objetores levaram em conta) que é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.

Assentada firmemente a distinção entre percepção e memória, e propostos os seus modos de interação, Bergson procede a uma análise interna diferencial porque o passado se conserva mas não de forma homogênea¹³.

De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado.

A análise do cotidiano mostra que a relação entre estas duas formas de memória é, não raro, conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho.

O contrário também é verdadeiro. O sonho resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação. Este, por sua vez, só relaxa os fios da tensão quando vencido pelo cansaço e pelo sono.

12. *Op. cit.*, p. 293.

13. Em *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, *op. cit.*, tratei mais longamente desses temas, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 10ª ed., pp. 46 e ss.

Mas essa distinção entre *vita contemplativa* e *vita activa* já preocupava os teólogos medievais.

Somos todos presas alternativas ou da memória-hábito ou da memória-sonho em diferentes épocas da vida.

Evidentemente Bergson não se ocupa de uma psicologia diferencial. O seu cuidado maior é o de entender as relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente, a confluência de memória e percepção.

Na tábua de valores de Bergson, a memória pura, aquela que opera no sonho e na poesia, está situada no reino privilegiado do espírito livre, ao passo que a memória transformada em hábito, assim como a percepção “pura”, só voltada para ação iminente, funcionam como limites redutores da vida psicológica. A *vita activa* aproveita-se da *vita contemplativa*, e esse aproveitar-se é, muitas vezes, um ato de espoliação.

O espírito humano pressiona sem parar, com a fatalidade da memória, contra a porta que o corpo vai lhe entreabrir: daí os jogos da fantasia e o trabalho da imaginação – liberdades que o espírito toma com a natureza¹⁴.

Se o espírito concentrado num alvo fica tenso, o espaço profundo e cumulativo da memória se estreita como um cone cujo vértice desce e penetra o real. É a percepção imediata do que nos seria útil apreender no momento, visando ação pragmática.

Mas, escreve Franklin Leopoldo e Silva, a condição da arte é o relaxamento desta tensão:

14. Bergson, *op. cit.*, p. 317.

O que para nós aparece como criação é fruto dessa descontração, dessa distração pela qual o espírito se distende [...]. A percepção alargada e aprofundada, [...] consiste nesta indeterminação do foco da atenção, graças à qual o artista percebe os aspectos insuspeitados e inesperados do real¹⁵.

Distração tem sua origem em dis-tração ou desvio do eixo de tração pelo qual somos puxados.

O aluno escuta a aula e anota no caderno aquilo que da matéria lhe parece proveitoso. No entanto, em certos momentos, ele esquece de anotar para não perder as palavras do professor que narram algo que desperta seu interesse. Suspende a anotação e o espírito se perde em lembranças, ideias, relações com episódios vividos. Estes salutares momentos de distração vencem o utilitarismo e alargam o conhecimento.

* * *

Bergson trouxe novas luzes para os fenômenos surpreendentes da memória individual: a lembrança, a imagem que aflora e que torna vivo um rosto que perdemos anos atrás, uma voz ouvida na infância que retorna obsessiva e fiel a seu próprio timbre... Essa evocação proustiana que os relatos autobiográficos mostram como atividade psíquica dotada de força e significado.

Ele criticou as teorias psicofísicas de sua época cujas pretensões positivistas embalavam a recém-nascida ciência psicológica. Hoje não precisamos escolher ou Bergson ou Psicologia porque até o atormentado começo do século XXI sobreviveram

15. "Bergson, Proust. Tensões do Tempo", *Tempo e História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 146.

Bergson e a Psicologia; mas uma Psicologia que se renovou com a Fenomenologia, a Antropologia, a História Social...

Não sendo mais (assim desejo ardentemente) reducionista, classificatória, mudou seus métodos e linguagem, embora não tenha alcançado o estatuto ontológico que Bergson desejava para ela: uma Psicologia como um conhecimento de vir-a-ser, tendo como objeto o tempo vivido¹⁶.

A única realidade que está por trás dos fenômenos, no pensamento bergsoniano, é o devir; o tempo que flui, o vir-a-ser.

Como atingi-lo? A ciência e a lógica não conseguem captar esse fluxo: os conceitos apenas recortam e cristalizam o tempo a fim de tratá-lo como se fosse espacializável.

Essa busca da fixação do sentido atrai a ciência e tem a ver com uma tendência profunda da percepção para a estabilidade. É como que o repouso da percepção que deve lidar com a descontinuidade das coisas, ligada ao presente, à matéria, ao corpo. É o trabalho do perceber, faculdade que governa o relacionamento prático com o mundo, mas nem sempre nosso trabalho corresponde à nossa vocação.

Talvez a tendência da percepção não seja apenas a estabilidade, mas também a busca aventureira do conhecimento.

O corpo, pelo seu sistema nervoso, é um reservatório de indeterminação, portanto de liberdade. Ao passo que as demais funções do sistema nervoso são adaptativas, a vocação do córtex parece ser, no limite, o comportamento que, através do desequilíbrio, gera equilíbrios novos.

16. Os psicólogos deveriam ler *Bergson: Intuição e Discurso Filosófico* de Franklin Leopoldo e Silva (São Paulo, Loyola, 1994) de cujas teses tive a honra de participar. Franklin Leopoldo e Silva é o maior estudioso de Bergson em nosso meio.

Um exemplo que conto aos alunos é o do menino que aprendeu a andar de bicicleta e mediante treinamento consegue correr com segurança e rapidez. De repente, uma atitude inesperada: ele fica de pé num só pedal, a bicicleta pende, ele vai cair. Mas não cai e passa a correr se reequilibrando de forma nova: eis um comportamento cortical.

O cérebro é capaz de apostar no que sempre perdeu e se lançar no imprevisível, pois seus critérios não são os da eficiência imediata nem os da recompensa no presente¹⁷.

Uma sociedade que nos condiciona por seus meios de comunicação a dar respostas para as quais bastaria o cordão espinal (- Compre! - Coma!) não corresponde à generosidade da função cerebral.

Revedo estudos de Psicologia sobre conformismo e submissão, opinião e preconceito à luz do pensamento de Bergson, pareceu-nos que a estabilidade da percepção é uma queda, que, no seu grau mais baixo, é o repouso no estereótipo (palavra derivada de estéreo = espaço).

A Fala: Música e Memória

Só a intuição é capaz de apreender o movimento contínuo do devir. A intuição é uma leitura interna da *duração*. Ela o faz produzindo imagens.

A corrente de imagens desencadeada pela intuição poética alcança mais diretamente o ser da natureza que um teorema da Física ou uma equação matemática.

17. O professor Flavio Di Giorgi ensinou-me a etimologia de *experiência*. É o que salta fora (ex) do *perímetro* de um círculo já percorrido.

As metáforas que aproximam referentes diversos em uma só imagem (olho humano → olho d'água) nos ensinam mais sobre as correspondências internas do real que os termos definidores dos dicionários que isolam os respectivos referentes (olho ≠ fonte).

Segundo Alfredo Bosi,

Uma conquista da linguagem narrativa e da ficção é a superação de um ponto de vista fixo, sempre igual a si mesmo, por um fluxo interior (*stream of consciousness*), procedimento que tem sua gênese na ideia bergsoniana do espírito como contínuo *vir-a-ser*. Também a recuperação que Marcel Proust faz do tempo, em *A Procura do Tempo Perdido*, recebeu da doutrina de Bergson um alento teórico no que diz respeito aos trabalhos da memória. A memória resgata o tempo mediante as imagens. Bergson cunhou a distinção entre memória-imagem e memória-hábito. Para a literatura ambos os conceitos têm seu campo de aplicação:

- a) na poesia lírica, a expressão da subjetividade é tecida de imagens escavadas do subconsciente e salvãs do esquecimento. São as puras lembranças despojadas de todo convencionalismo;
- b) mas há também os *tópoi*, autênticas INSTITUIÇÕES CULTURAIS, temas recorrentes que nos remetem ao caráter social e histórico da literatura. Aqui deve falar-se em *memória-hábito*.

Lembrando Schopenhauer, diz Bergson que a intuição estética levanta o véu espesso que a rotina interpõe entre nós e as coisas; véu que impede os homens de entrar em comunicação imediata com os seres, como o fazem espontaneamente os artistas¹⁸.

18. "Bergson, Proust. Tensões do Tempo", *op. cit.*, p. 149.

Franklin Leopoldo e Silva, num profundo ensaio bergsoniano relacionando percepção da realidade e obra de arte, encontro da consciência com a temporalidade, escreve: “mas que a narrativa dessa experiência, na forma romanesca da *Busca do Tempo Perdido*, seja também uma Busca da Verdade na forma da narrativa reflexiva [...]”.

O que posso observar de minha experiência é o que encontrei conversando com pessoas que se entregaram à rememoração.

Ouvindo depoimentos orais constatamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência.

A narrativa oral que ignora a sedimentação do discurso escrito é temporal e não espacializadora – modalidade própria dessa visão imediata do passado, que a rigor é também intuição de um presente desvendado.

O sujeito se sente crescer junto com a expressão dessa intuição. Psiquicamente e até somaticamente se sente rejuvenescido. (“Lembrar faz bem ao meu coração” disse-me um velho cardíaco.) O corpo memorativo recebe um tônico e uma força inesperada.

Já o esquecimento, que atravessou o rio Letes, é letal. Conduz também à letargia da cognição do presente.

O cone da memória avança sem cessar para o futuro. Enquanto a percepção é a interseção do corpo com o mundo, a memória é a conservação que o espírito faz de si mesmo.

Há, pois, da parte do sujeito que conhecemos sob a forma de narrador oral memorialista uma atividade que não é apenas de simbolização (por meio de conceitos ou de operações do entendimento); é também da intuição de um devir, do seu próprio

devir de homem que se vê envelhecendo, enquanto sentimento de um tempo que, simultaneamente, passou a se re-apresentar à consciência e ao coração.

É mais que um reviver de imagens do passado.

Pode existir no narrador oral um minuto em que ele intui a temporalidade.

Seu caminho familiar entre os infinitos caminhos possíveis é uma trilha de formiga: o tempo vivido pela biografia é aquele *pouco* captado pela memória narrativa. Mas a pessoa reflete sobre o tempo que lhe aparece como luz atrás de um pano esgarçado.

No discurso filosófico a captação do tempo, quando possível for, é uma questão de conhecimento; na história de vida, perder o tempo é perder a identidade, é perder-se a si mesmo.

Se há intuição da temporalidade, penso que há também (hipótese que ofereço à apreciação dos estudiosos) uma *semiólogia dessa intuição* na fala do rememorante.

Insisto nos termos *narrativa* e *oralidade*. Ambas se desenvolveram no tempo, falam no tempo e do tempo, recuperando na *própria voz* o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente. Eu diria que a expressão oral da memória de vida tem a ver mais com a música do que com o discurso escrito.

Há componentes musicais inerentes à expressão oral. Os sons compõem um reino flutuante e o pensamento decompõe a superfície da água em vagas e ondulações... frases, palavras,...

É de Saussure a metáfora poderosa: a imagem do Espírito subdividindo os sons como o vento agitando o mar.

A primitiva música indivisa se recompõe na memória através do ritmo da língua: sucessão de sílabas fortes e fracas, átonas e tônicas, alternância do tempo que vai e vem.

Temos elementos de melodia na sucessão ascendente e descendente da entonação, onde a voz sobe na pergunta, desce na dúvida.

A fala é composta de curvas melódicas.

Exemplos:

CRESCENDO e DECRESCENDO: – Ele já saiu? Que sossego!

FERMATAS: Era loonge...↪

STACCATO: Recusa ca-te-gó-ri-ca.

TIMBRE: Aberto (sol) Fechado (noturno)

HARMONIA: na música é simultânea (dois pentagramas para mão direita e esquerda, solo e acompanhamento). Na fala, os *ritornelli* são ecos e rimas.

ANDAMENTO (*Timing*): medida de duração da narrativa lenta ou rápida: *allegro* na infância, *presto* ou *prestíssimo* na idade adulta, *adagio* na velhice...

O poeta se vale mais que ninguém de recursos melódicos¹⁹. Veja-se na estrofe de Alphonsus de Guimarães as rimas em *u* para evidenciar amargura:

Quem melhor do que vós se a dor perdura,
para coroar-me, rosas passageiras,
o sonho que se esvai na desventura?

19. Em *O Ser e o Tempo da Poesia*, Alfredo Bosi assinala que o valor de escuridão e angústia da vogal *u* “não se produz apenas no som da vogal, mas em todo o processo de sonorização do tema, que enlaça o jogo de ecos e contrastes, o ritmo, o metro, o andamento da frase e a entoação”. Atrás do fonema há um contexto inteiro de interpretação; segundo o autor ele seria “um acorde *vivido* que fundiria o som do signo e a impressão do objeto” (O som no signo). São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 61 e 64.

Interessante lembrar que estes componentes melódicos rítmicos são chamados pelos linguistas “elementos suprasegmentais”, estando acima das partições dos fonemas, morfemas e sintagmas do discurso. O canto e o ritmo da palavra são operações significativas que não podem ser segmentadas.

Se a palavra (como signo escrito) é espacializadora, a fala parece mais próxima da música e da intuição do tempo.

Antes de ser registradora, fui uma ouvinte privilegiada da memória. Mas o leitor só vai apanhar o registro dos depoimentos, naturalmente com figuras de linguagem e terá que transformar os signos escritos num contínuo interior – que é a recuperação do oral. Quem lê poesia pode se imaginar “escutando” os versos por uma voz cheia de harmonias.

Os elementos suprasegmentais trazem conotações afetivas, expressivas como projeções da vida subjetiva que não se contenta com a ordem das palavras ou das frases: precisa do tom, do andamento, do ritmo para dizer-se.

* * *

A posição de Bergson é a da impossibilidade de o discurso de ideias exprimir a intuição do Tempo mediante uma rede de conceitos e símbolos. Mas vê na linguagem metafórica do artista a possibilidade de realizar a conjunção de ato intuitivo e expressão, que o discurso convencional não alcança.

No entanto, o movimento interior que o memorialista desencadeia redime também a linguagem de seus hábitos cristalizados.

Muitas vezes o uso emotivo, sugestivo, musical suplanta o representativo. Quando, no correr da entrevista, Dona Risoleta descreve o atribulado cotidiano da pobreza, sua risada de preta velha sacode a narrativa, relativizando o presente que não é o absoluto para ela.

— Não estamos aqui diante daqueles processos fundamentais da expressão pelos quais a fala também é gesto e canto?

Processos que estão na base da poesia e da narração literária, processos que atravessam a lírica, a épica e que, mais ainda, foram a sua condição de possibilidade?

Quem está atento à escuta da voz e do *pathos* do narrador oral, que revive os momentos cruciais de sua vida, consegue distinguir uma fala que, ao mesmo tempo, produz imagens e conota a sentimento do tempo enquanto *duração*. Não é portanto uma linguagem de coisas (no sentido estreito de função referencial), pois o que se lembra são *momentos* vividos, respostas pessoais, em suma, a melodia do passado interpretada pelo presente. Não é uma *linguagem de coisas*, porque o autor da narrativa oral coincide existencialmente com o seu sujeito; a duração do relato coincide com o Tempo lembrado que assim é intuído por dentro.

Concluimos então que a Psicologia enquanto *fenomenologia dos atos expressivos* pode dialogar muito cordialmente com os discípulos de Bergson.

A intuição sofrida do tempo é a filosofia do recordador que está realizando o que Sócrates pedia ao filósofo, pois o velho narrador revivendo está aprendendo a morrer.